

Vestígios da cultura material escolar na província de São Paulo

Eduardo Bezerra de Souza*

Resumo

Neste artigo apresenta-se um balanço quantitativo da provisão material das escolas de primeiras letras da Província de São Paulo no decurso do século XIX. A partir de abordagem histórica e ancorada nos constructos da História Cultural, foram analisados leis, decretos, inventários de materiais e relatórios dos professores e presidentes da Província, o que permitiu identificar os mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos que eram oferecidos às escolas paulistas. Com isso, problematiza-se sobre as condições materiais dessas escolas discorrendo sobre os artefatos que os professores e inspetores de ensino solicitavam ao governo a fim de colocarem em prática a instrução elementar paulista no decorrer dos Oitocentos.

Palavras-chave: instrução, cultura material escolar, São Paulo, século XIX.

Traces of school material culture in the province of São Paulo

Abstract

This article presents a quantitative balance of the material provision of primary schools in the Province of São Paulo during the 19th century. Using a historical approach and anchored in the constructs of Cultural History, different aspects constituting the meaning of documents were analyzed from a discursive and dialogical point of view, such as laws, decrees, inventories of materials and

* Doutor pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Atua como assistente técnico de educação na Divisão Pedagógica da SME - Secretaria Municipal de Educação - São Paulo. CE: edu10pontos@gmail.com

reports from teachers, inspectors and presidents of the Province, which made it possible to identify the furniture, equipment and teaching materials that were offered to schools in São Paulo in the 19th century. With this, the material conditions of these schools are problematized, discussing the artifacts that teachers and education inspectors requested from the government in order to put São Paulo's elementary instruction into practice.

Keywords: instruction, school material culture, São Paulo, XIX century.

Huellas de cultura material escolar en la provincia de São Paulo

Resumen

Este artículo presenta un balance cuantitativo de la dotación material de las escuelas primarias de la Provincia de São Paulo durante el siglo XIX. Con un enfoque histórico y anclado en los constructos de la Historia Cultural, se analizaron desde un punto de vista discursivo y dialógico diferentes aspectos que constituyen el significado de documentos, tales como leyes, decretos, inventarios de materiales e informes de docentes, inspectores y presidentes de las Provincia, que permitió identificar los muebles, equipamientos y materiales didácticos que se ofrecían a las escuelas de São Paulo en el siglo XIX. Con esto, se problematizan las condiciones materiales de estas escuelas, discutiendo los artefactos que profesores e inspectores de educación solicitaron al gobierno para poner en práctica la instrucción primaria paulista.

Palabras clave: instrucción, cultura material escolar, São Paulo, siglo XIX.

Introdução

A cultura material escolar pode ser compreendida como o conjunto de instrumentos, artefatos e objetos que auxiliam na concretização do funcionamento da escola e que envolve desde “mobiliários e acessórios até a infraestrutura do prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das disciplinas como livros de leitura, cartilhas, mapas, globos, laboratórios de física e química entre outros” (Souza, 2007, p. 169).

Para Souza (2007), as primeiras pesquisas sobre cultura material escolar tinham como recorte a história das instituições escolares de modo que a temática foi se ampliando e a literatura especializada aponta produções sobre a arquitetura, os programas de ensino, os artefatos, utensílios de higiene pessoal, indumentárias até as relações estabelecidas no interior da escola, objetivadas nos métodos, programas, currículos e organização pedagógica, além de investigações sobre acessórios específicos que compõem o universo escolar como os impressos, as cartilhas, os manuais, os livros didáticos e o mobiliário escolar.

Na História da Educação, os artefatos escolares enquanto vestígios do passado configuram novas fontes e problemas de pesquisa, pois a partir desses objetos é possível analisar aspectos internos da escola, sua organização, suas finalidades sociais e culturais e seu processo de constituição e expansão. Nessa ótica, a cultura material escolar constitui um aspecto importante para a investigação da escola, pois, ao considerarmos os materiais escolares, podemos analisá-los sob diferentes pontos de vistas: enquanto patrimônio histórico, sua função metodológica, com vistas aos estudos e pesquisas antropológicos ou ainda em relação aos vínculos estabelecidos entre suas produções e seus usos em diferentes contextos.

Neste artigo analisa-se o papel que os artefatos escolares desempenharam no desenvolvimento da instrução pública em São Paulo no contexto do século XIX. Com o objetivo de tecer possíveis interpretações de como as materialidades das escolas paulistas foram se configurando, a partir de abordagem histórica e ancorada nos constructos da História Cultural, por meio dos procedimentos de localização, recuperação, seleção e ordenação, reuniu-se um conjunto de fontes documentais da escrita administrativa produzida por diferentes agentes educacionais, relativas à instrução elementar como os relatórios dos presidentes, os registros dos professores e os livros de inventários das escolas paulistas.

A análise dessa documentação permitiu uma aproximação dos materiais escolares que circularam na Província de São Paulo no período oitocentista delineando suas tipologias, usos, produções e os modos como se fizeram presentes no cotidiano dos espaços destinados à instrução. Com essa intenção, parte-se do pressuposto de que os vestígios dessa cultura material escolar podem compor uma narrativa histórica que permite melhor entender o processo de organização e desenvolvimento da instrução elementar paulista bem como identificarmos alguns dos utensílios que eram utilizados nas escolas da Província no decurso do século XIX.

As condições materiais das escolas da Província de São Paulo

Em que condições materiais os professores da Província de São Paulo exerciam o seu ofício? A historiografia sobre a Província de São Paulo aponta que no percurso do século XIX os professores defrontaram-se cotidianamente com vários problemas no exercício do magistério primário: baixos salários, dificuldades de ministrar o ensino, falta de edifícios próprios para o funcionamento das escolas, e, especialmente, a ausência de mobiliários e materiais escolares. As condições das escolas primárias paulistas podem ser identificadas pela sintética descrição de sua materialidade observada pelo presidente Manuel Felisardo de Souza e Mello, que governou a Província entre os anos de 1843 e 1844.

Segundo o presidente, “são igualmente reiteradas as exigências de utensílios necessários ao arranjo interno das aulas, e d’objectos próprios para o ensino, notando os professores haver meninos tão pobres, que deixão d’escrever por não terem papel” (São Paulo, 1844, p. 9).

Igualmente, o discurso do presidente José Joaquim Fernandes Torres, datado em 2 de fevereiro de 1858 denunciava o problema da falta de objetos escolares para o devido ensino pois de acordo com o Presidente, “grande parte das escolas está balda de móveis e utensílios, ora pagar mal ao magistério de primeiras letras, e sobrecarregá-lo ainda quer com o aluguel da sala para a escola (São Paulo, 1858, p. 4).

Em 1864 as condições materiais das escolas paulistas eram observadas pelo Presidente Vicente Pires da Mota, que em relatório de 1864 denunciava:

Chegados, alugam uma casa, e se compram ou pedem emprestados alguns trastes; é nessa casa e com esses trastes que a cadeira vai se instalar. Afora a capital, a província não os fornece; o professor vence ordenados diminutos. Não importa: a ele incumbe dar local, móveis e utensílios. A casa necessariamente é pequena e a sala destinada ao ensino, imprópria por seu aspecto e dimensões. Uma mesa pequena e um ou dois bancos velhos, eis a mobília, feliz ainda quem os obtém. Um tinteiro, algumas penas, meia dúzia de traslados escritos pelo professor sabe Deus com que erros, cartas particulares inçadas de toda a sorte de defeitos, eis os utensílios, coisas indispensáveis são dispensadas. Quem há hoje que ignore que a prosperidade das escolas depende essencialmente dos materiais e da casa? (São Paulo, 1864, p. 7).

O relatório do presidente Mota ao mesmo tempo que denuncia precariedade material das escolas paulistas, identifica alguns objetos utilizados pelos professores, bem como preconiza a necessidade desses materiais para a efetivação da instrução pública. Mesmo no final do período oitocentista, às vésperas da implantação da República, a situação das escolas da Província também era relatada pelo presidente Laurindo Abelardo de Brito que no dia 5 de fevereiro de 1880 atestava: “em minha visita à diversas escolas senti-me entristecido

ao observar falta absoluta de móveis decentes, utensis indispensaveis e livros de ensino” (São Paulo, 1880, p. 35).

Além da observação dos governantes, os relatórios enviados aos inspetores da instrução pública, pelos professores e alguns diretores dos estabelecimentos de ensino, deixavam registradas as adversidades do ofício, indícios do andamento dos trabalhos e denúncias sobre as dificuldades enfrentadas no exercício da docência. Entretanto, mesmo em meio às adversidades é possível identificar nos relatórios dos mestres e nos livros de registros da Província, a circulação e o uso de diferentes artefatos que compuseram as materialidades das escolas paulistas no decorrer do século XIX, conforme veremos a seguir.

Materialidades das escolas paulistas oitocentistas

Quais eram os artefatos utilizados para ensinar o tripé da instrução pública (ler, escrever e contar)? Embora se evidencie que no período oitocentista a instrução pública paulista fora desenvolvida em locais precários, sem iluminação, pouco limpos e em alguns casos, desprovidos de saneamento básico, sem água e sem sanitários, os relatórios dos mestres indiciam que, mesmo nesses ambientes impróprios, existiram práticas pedagógicas reveladas pelos vestígios da produção, circulação e uso de instrumentos para o desenvolvimento da instrução pública e em consequência do manejo desses artefatos pode-se inferir que se constituíram diferentes modos de se organizar as escolas.

Parte dos relatórios dos professores e autoridades das instituições paulistas do século XIX eram sucintos, compreendiam uma ou duas páginas, contendo objetivamente as informações exigidas pelos órgãos da administração do ensino. Esses relatórios eram divididos em campos como: “adiantamento”, “frequência”, “estado da escola”, “método”, “clima”, “castigos” e “móveis e utensis”. Com base nos relatórios dos professores e nos livros de inventários analisados, a Tabela 1 discrimina a provisão material das escolas paulistas no decorrer do século XIX.

MÓVEIS	SUPORTES DE LEITURA E ESCRITA	INSTRUMENTOS DE ESCRITA	HIGIENE E DISCIPLINA
Armários	Lousa (pedra grande, pedra individual)	Pena (de ave, de aço)	Latrina
Cadeiras	Quadros parietais	Lápis (de pedra, de madeira, de pau)	Gamela
Bancos	Silábario	Caneta (fina, ordinária, de latão)	Sinetas ou Campainhas
Mesas	Cartas de sílabas	Giz	Palmatória
Estrado	Livros	Tinta	
Quadro do Senhor crucificado	Manuais	Tinteiro	
Quadro de N. Senhora das Dores	Catecismos	Areeiro	
Quadros históricos da Província	Cartilhas	Canivete (fino ou ordinário)	
Estampa de N. Senhora da Conceição	Dicionários	Esponja	
	Gramáticas (Portuguesa e Nacional)	Traslado	
	Livro ou modelo de matrícula	Tábuas	
	Geografia da Província	Telégrafos	
	Quadros de História da Província	Tubos	
	Exemplares do Sistema métrico	Compassos	

Tabela 1: Relação da materialidade nas escolas paulistas oitocentistas.

Conforme discrimina a Tabela 1, os relatórios dos mestres evidenciam que, ao longo do século XIX, em consequência da organização e desenvolvimento da instrução paulista foram solicitados quatro tipos de materiais: 1) a mobília, que compreendia armários, cadeiras, bancos, mesas, estrado e escrivaninhas; 2) os suportes para o ensino representados por: silabários, cartas de sílabas, livros, manuais, cartilhas, catecismos, dicionários, gramáticas, lousas (pedra grande ou pedra individual), papel, exemplares de leitura e escrita, exemplares do sistema métrico, quadros para o ensino de História e Geografia e também os suportes para o registro burocrático dos fazeres escolares, como os livros de matrícula; 3) os utensílios para a escrita: pena (de ave, de aço), lápis (de ardósia, pedra ou de madeira), caneta (de pedra, de latão), giz, tinta, tinteiro, areeiro, esponja, réguas, canivetes (finos ou ordinários), traslados caligráficos, tábuas, telégrafos e compassos para o ensino de contas; e 4) os equipamentos destinados à organização da higiene e disciplina: latrinas, gamelas, palmatórias e campainhas. Evidenciam-se ainda objetos destinados ao ensino da Doutrina Cristã como: Estampas de Quadro do Senhor Crucificado, Quadro de Nossa Senhora das Dores e Estampa de Nossa Senhora da Conceição.

Os vestígios desses artefatos foram possíveis pelo exame de documentos produzidos no interior da escola: ofícios e correspondências de diretores e professores solicitando materiais escolares, além dos livros de inventários em que era registrada de forma quantitativa a relação de móveis e objetos escolares presentes ou enviados para as escolas de primeiras letras. Infere-se que, se no século XIX o governo não dispunha de fábricas próprias para produção do material e do mobiliário escolar, a ampliação material para garantir a eficiência escolar parecia ser possível somente via importação. “Era na Europa ou nos Estados Unidos que a escola paulista ia buscar o que lhe faltava para iniciar os novos planos com todo o aperfeiçoamento desejável” (Alcântara, 2014, p. 142).

Isso levar a acreditar que no início do século XIX ainda não há em São Paulo uma indústria voltada para o educacional. Esse florescimento industrial só seria possível na segunda metade do século XIX, a partir das Exposições Universais, aliadas à implantação da obrigatoriedade escolar, momento em que se vê a escola oficial como um mercado favorável e o Estado como um comprador de lastro.

Antes da existência de uma indústria escolar autônoma e autossustentável, parece existir, conforme aponta Anjos (2019, p. 74), “o que poderia se chamar de protoindústria escolar, ou seja, as primeiras experiências industriais de fabricação de móveis para a escola”. Especialmente, no início do império, houve o que se denominou de uma manufatura escolar do século XIX, composta por oficinas artesanais de pequenas dimensões, não necessariamente especializadas, e operativas numa área extremamente delimitada.

A afirmação de Anjos (2019) pode se estender às terras paulistas, uma vez que, segundo Bruno (1984, p. 671), a Província de São Paulo, considerada um burgo de estudantes, em meados do século XIX, foi caracterizada pelo lento aparelhamento de seu comércio e de indústria, “sem que, no entanto, esse desenvolvimento se processasse, a ponto de caracterizá-la como cidade predominantemente comercial ou industrial”.

Entre as fábricas e as pequenas oficinas artesanais que foram sendo implantadas na Província de São Paulo no início do século XIX, destacaram-se as fábricas de velas, licores e cervejas, tecidos e chapéus. Quase não há referências ao comércio de móveis e utensílios utilizados, especificamente, no meio escolar. Isso sugere que no início do século XIX não temos na Província de São Paulo uma indústria escolar formada por uma ampla e variada cadeia de produção, composta por médias e grandes empresas industriais, capazes de produzir quantidades significativas de material escolar de todo tipo. Tal fato era resultado do primário e incipiente comércio moveleiro da Província. Isso responde em grande medida porque a maioria das escolas de primeiras letras não era dotada de mobiliário apropriado, nem suficiente e, menos ainda, de material didático básico para garantir a instrução.

Na documentação analisada não se encontrou recibo, correspondência ou documento comprobatório da aquisição de móveis para as escolas paulistas no início do século XIX. Essa documentação somente foi aferida nas décadas finais do Império. Os inúmeros relatórios dos mestres que solicitavam materiais para as escolas apontam que os móveis utilizados nas escolas eram comprados pelos próprios professores ou tomados emprestados de outros estabelecimentos. Nas escolas de primeiras letras o mobiliário escolar era composto principalmente de uma mesa para o professor, uma cadeira e um estrado; para os alunos bancos ou bancas, mesas, às vezes, apenas assento, reduzidos às tábuas, caixotes, mochos (bancos individuais sem encosto).

Muitos professores denunciavam as condições estruturais, higiênicas e materiais dos espaços em que ministravam a instrução elementar. O relatório do professor Mello, da Escola de Primeiras Letras do sexo masculino na Vila de Apiahy, relatava, por exemplo, em 1 de junho de 1881, que em sua escola os “utensílios” utilizados eram “6 bancos de 2,5, três mesas de 2,5, uma boa mesa e cadeira de braços para o professor, 2 pedras de 1 quadrada para cálculos, 6 quadros caligráficos feitos por mim, uma boa sala forrada e assoalhada, bem ventilada” (Mello, 1881, p. 1).

Em relatório de 20 de março de 1827, o professor João Francisco dos Santos solicitou uma relação de objetos necessários ao desenvolvimento da instrução dos meninos que frequentavam o Seminário de Sant’Anna. Entre os utensílios para o ensino da leitura e da escrita, o mestre pediu: “1 coleção de exemplares de Ventura, dicionário portuguez, 1 orthographia, 400 prening de monitores e preming, 37 canetas de latão, 200 lápis de pedra, 3 m de esponja, 100 pedras de escrever” (Santos, 1827, p. 1).

Em 1827, foram encaminhados para quatro escolas do ensino mútuo na Província de São Paulo:

4 Coleções completas de Exemplares de Ventura, 4 resmas de pautas, 1 tomo 1 tomo encadernado intitulado: Regras Methódicas, 4 coleções de exemplares para a leitura, 4 coleções de Arithmética, 4 coleções da História Sagrada, 4 coleções de traslados, 4 coleções de cadernos de lições, 320 pedras, 50 mafras de lápis da mesma, 240 tinteiros de chumbo pequenos para os bancos, 320 canetas de latão, 800 prening de monitores e preming. (Santos, 1827, p. 2)

Igualmente, o relatório do professor Carlos José da Silva Telles, mestre da Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia, em 1837, apontava os materiais e utensílios indispensáveis ao desenvolvimento da instrução naquela freguesia. A lista compreendia diferentes materiais necessários para o adiantamento da instrução dos meninos, entre eles: lousas, maços de lápis de pedra, porretes de barbante, compassos, Dicionário de Moraes, canivetes para penas, telégrafos, fecho para a porta da rua, canetas, esponjas, tinteiros, semicírculos de ferro, exemplares do Ensino mútuo, canivetes, vidros e fechaduras.

A quantificação e identificação dos materiais utilizados nas escolas da Província de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX, foi possível a partir dos inúmeros relatórios dos presidentes, dos inspetores e dos mestres que solicitavam artefatos para o ensino. Entretanto, a promulgação do Regulamento de 8 de novembro de 1851, considerada a primeira lei a dar um importante passo no processo de modernização do controle da instrução pública paulista, criou uma estrutura de fiscalização e inspeção das escolas, centralizada no presidente da Província e na figura do Inspetor Geral da Instrução Pública. A partir daquele momento, a Província de São Paulo passaria a contar com uma estrutura administrativo-burocrática mais complexa, com diferentes instâncias de poder.

O Regulamento de 1851 preconizava em seu Art. 13 que que caberia ao inspetor geral, “dar a forma e modelo para a escripturação dos livros de móveis e utensis, e o livro das matriculas dos alunos, os quaes todas as escolas primárias e secundárias são obrigadas d’ora em diante a ter” (Regulamento da Instrução Pública, de 8 de novembro de 1851).

Com isso, iniciou-se um período que foi gradualmente marcado pela construção da intervenção do Estado no processo de escolarização da Província de São Paulo e que previa a necessidade de uma maior organização e controle quanto aos móveis e utensílios a serem utilizados na instrução primária.

A organização das materialidades: “o Livro de Móveis e Utensís”

Em função da determinação do Regulamento de 1851, foi criada a Comissão de Móveis e Utensílios da Secretaria de Instrução Pública Paulista. A comissão, formada à época pelo reverendo Ildelfonso Xavier Teixeira, pelo professor da Escola Normal Dr. Manoel José Chaves e pelo professor de Primeiras Letras Sr. Antônio Augusto de Araújo, foram responsáveis pela elaboração da Tabela de Móveis e Utensílios necessários às escolas de Primeiras Letras da Província.

Desse modo, a provisão material das escolas paulistas na segunda metade do século XIX foi aferida a partir do exame do “Livro de Inventário” ou “Livro de Moveis e Utensis” que continha a distribuição dos móveis e objetos utilizados no desenvolvimento da instrução elementar nas escolas paulistas, correspondente aos anos de 1854 a 1872. A aferição do mobiliário escolar registrada em livro próprio para esse fim sugere que, na segunda metade do século XIX, começa a se desenhar um nicho de mercado de móveis escolares na Província.

Os móveis e utensílios escolares definidos por essa tabela eram materiais básicos que “deveriam se adaptar à precariedade dos espaços de funcionamento das escolas e a qualquer orientação metodológica que guiasse as práticas escolares” (Barra, 2001, p. 76).

O “Livro de Moveis e Utensis” oferece indícios de como a administração pública paulista foi, paulatinamente, organizando-se para criar as condições físicas de funcionamento das escolas. Nele, são registradas autorizações às professoras e aos professores para compra de móveis e material escolar. Feito de capa dura na cor marrom, em formato de brochura, o livro é composto por 147 páginas, em que se registram o mobiliário das escolas do sexo masculino e feminino da Província, bem como o valor de cada item.

A primeira página do livro contém o termo de abertura, assinado pelo Secretário da Instrução Pública, Francisco da Costa Silveira, que escreve: para “n’elle se lançarem os utensis, e as quantias para a compra dos mesmos, e dos moveis que foram fornecidos aos estabelecimentos d’Instrução Pública desta Província” (Silveira, 1854, p. 1). No verso da primeira página, datada do ano de 1854, registra-se a importância entregue à professora Maria Francisca da Conceição Barbosa (51\$000), da Escola de Primeiras Letras do sexo feminino da Vila de Santa Isabel e ao professor Manuel Dias da Silva (44\$600), da Escola de Primeiras Letras do sexo masculino da Freguesia de Santa Ifigênia, para compra de móveis. Essa situação pode ser observada até os anos de 1868 e 1869, mas também há compras que são feitas pelos Inspectores do Distrito, como se nota nas páginas 2 e 3 (verso), 4 (verso), 5 e 5 (verso) e 7.

Na parte superior do livro, no canto esquerdo ou direito, a depender da página, discrimina-se o mês e o respectivo ano; a localização ou Freguesia em que se encontra a escola, a modalidade ou tipo de cadeira, sendo quase a totalidade de escolas de primeiras letras e algumas cadeiras de francês e de latim; e aponta-se o sexo que a escola atende.

Abaixo dessas informações, a relação da materialidade da escola é discriminada em duas categorias principais: “móveis” e “utensis”. A categoria de “utensis” era dividida em “utensis em dinheiro”, quando a escola ou professor(a) recebia a quantia em espécie para a compra dos artefatos, e a categoria “utensis recebidos”, quando a escola recebia do governo os próprios utensílios. Nas últimas páginas do livro consta um índice com a relação de todas as escolas do sexo masculino e feminino, totalizando 218 escolas.

Na categoria “móveis” são discriminados os principais mobiliários que deveriam existir em cada escola, fosse ela masculina ou feminina. À título de exemplo, aponta-se uma lista dos móveis recebidos pela Escola de primeiras letras do sexo masculino no Bairro de Piraiê, interior da Província. Identifica-se que a escola recebera, no ano de 1854: 1 mesa, 1 cadeira e 1 estrado (40\$000); 5 bancos de 10 palmos (22\$000) e 5 bancas de 10 palmos (25\$000), totalizando o valor de 87\$500 (réis).

O cruzamento das informações registradas no “Livro de Móveis e Utensis” (1854) com os relatórios dos mestres paulistas dão pistas sobre como eram os móveis utilizados nas escolas de primeiras letras. Os registros falam de mesas, mesas grandes ou pequenas, mesas com

gavetas, mesas com vácuo para tinteiro, bancos, bancas, cadeiras de madeira, de palhinha, cadeira com e sem braço, estrado.

Infere-se que o mobiliário escolar paulista do século XIX era em grande parte confeccionado em madeira. Dá-se atenção à presença de gavetas em alguns modelos de mesas, que deviam servir para guardar os utensílios destinados à escrita e a existência de vácuo para tubos, que deveriam ser os tinteiros de chumbo. Com isso, infere-se o uso dos tinteiros para os exercícios da escrita. O professor José Antônio da Silva Campos, mestre da Escola de Primeiras Letras da Freguesia do Brás, requereu em 30 de março de 1854 uma lista de utensílios necessários para a instrução de 24 meninos, entre os materiais estavam “papel, penas, lápis, canetas, pedras, cartas para sílabas, canivetes e 1 par de tinteiro para a mesa do professor” (Campos, 1854, p. 1).

O investimento, quando existia, parecia obedecer ao critério do “mínimo necessário”, isto é, 1 estrado, 1 cadeira e 1 mesa para professor e bancos e bancas para os alunos (Alcântara, 2019, p. 28). Em algumas Freguesias, discriminavam-se os tamanhos das mesas e bancos, às vezes, pequena ou grande, mesas de 5, 6, 10 ou 12 palmos, e bancos cumpridos, de 5, 10 ou 12 palmos, bancas de 10 ou 12 palmos, que serviam como suporte para o ensino da escrita, e se discriminavam: cadeira de madeira, cadeira com ou sem assento, cadeira tipo palhinha, cadeira com assento, cadeira de braço envernizada, mesa com gaveta e vácuo para tubos.

Entretanto, o relatório de alguns mestres indica que nem sempre os materiais aferidos na tabela chegavam às escolas. O professor José Rodrigues de Toledo e Silva, mestre da Escola de Primeiras Letras da Villa de Jacarey, queixava-se em relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Diogo de Mendonça Pinto, que da tabela que lhe fora encaminhada pela Secretaria da Instrução Pública, havia em sua aula apenas: “2 mesas de 10 palmos de comprimento e 8 bancos também de 10 palmos, faltando por consequência uma mesa de 5 palmos em quadra 1 cadeira sobre um estrado correspondente para o mestre” (Silva, 1854, p. 1).

O “Livro de Móveis e Utensílios” aponta que as escolas paulistas eram providas com bancas de 6, 10 ou 12 palmos (utilizadas como suportes para as atividades de leitura e escrita); bancos de 6, 10 ou 12 palmos; banco pequeno; cadeira com assento; cadeira de braço envernizada; mesas de 5 palmos com gaveta; mesa de 5 palmos com gavetas e vácuo para tubos; mesa grande; mesa pequena; estrado; pedra grande, e alguns símbolos religiosos, entre eles a Estampa de Nossa Senhora da Conceição, Quadro do Senhor Crucificado e Quadro de Nossa Senhora das Dores.

Entretanto, na lista de despesas da escola de Campo Largo de Sorocaba, em 1855, por exemplo, estavam: 1 cadeira para o professor; 1 mesa; 1 estrado; 4 mesas de 10 palmos de comprimento; 8 bancos de 10 palmos; 8 régua de jacarandá; 20 estantes e 12 nichos. Enquanto isso, na Escola de Primeiras Letras da Villa de Batatais, o professor Antônio Bueno dos Santos Silva requisitava ao inspetor do distrito em 11 de abril do mesmo ano, “2 mesas grandes com gavetas e fechaduras; 6 bancos, 12 pedras e lápis; catecismo da doutrina, papel,

tintas, traslados, régua, pautas, tabuadas; uma pedra que fará equações e aritmética e um livro para inventariar os utensílios da escola” (Silva, 1855, p. 1).

O uso desses materiais é comprovado em alguns relatórios dos mestres paulistas. Contudo, sua ausência também era denunciada como pode ser observado no relatório da professora Francisca Sophia Lancaster que em 6 de dezembro de 1865, requeria o valor gasto com a compra dos utensílios necessários para a escola de meninas da Villa de São Roque. A professora teria adquirido:

2 bancos de 10 palmos, 1 banca de 10 ditos cumprimentos e 2 ½ de largura com vácuos para 10 tubos, 1 mesa de 5 palmos em quadra, além de 1 tinteiro, 1 areeiro, 1 campainha, canivetes, 2 garrafas de tinta, 5 tubos, 9 louças, 9 canetas de latão e 30 traslados sortidos. (Lancaster, 1865, p. 1)

Semelhantemente, o professor Christiano Vockarz, da Escola do sexo masculino do Bairro de Valinhos, em 1885, apontava que era ele quem havia adquirido os móveis para sua escola. O mestre registrava:

No relatório que apresentei em junho do corrente ano, fiz ver o estado em que encontrei a cadeira, quando tomei posse. Achava-se ella inteiramente desprovida dos móveis e materiaes necessários ao ensino. Havia requerido dos móveis necessários, mas sem ser providenciado e como o número de alunos crescesse de dia para dia, vi me na necessidade de mandar fazer o necessário à minha custa. (Vockarz, 1885, p. 1)

A tabela para a quantidade e valor das mesas e dos bancos era pouco variável. Embora os registros do livro se estendam somente até o ano de 1872, ele indicia a existência de uma tabela, valores mais ou menos fixos, para compra de móveis pelos professores. Para a maior parte dos mestres é liberada, pelo Thesouro Provincial, a verba de 80\$000. Esse valor era suficiente para compra de: 6 bancos de 10 palmos de comprimento = 27\$000; 3 bancos de 10 palmos de comprimento e 2 ½ de largura = 15\$000 1 meza de 5 palmas em quadro = 20\$000; 1 cadeira para o professor = 18\$000. Esses materiais variavam de uma Freguesia para a outra. A Tabela 2 apresenta, por exemplo, a lista de “móveis” e “utensílios” da Escola de primeiras letras do sexo masculino da Freguesia do Brás em 1854.

Localização da Escola		Móveis		Utensílios (em dinheiro)		Utensílios (recebidos)				
1854	Brás	1ª letras	M 2	Bancos de 10 palmos	9.000,00	250	Penas de aves	2.000,00	2 1/2	Resmas de papel
			1	Cadeira	10.000,00	18	Canetas	3.200,00	45	Lápis
			1	Estrado	2.000,00	3	Canivetes ordinários	1.200,00	18	Louças
			1	Pedra Grande	6.000,00	6	Garrafas de tinta	3.000,00	8	Lápis de pedra
			2	Bancas de 10 palmos	10.000,00	6	Gramáticas Portuguesas	7.680,00	1	Porção de esponjas
						12	Pautas	240,00	5	Regoas
						1	Libra de giz branco	240,00	24	Cartas de Syllabas
							54	Traslados		
							24	Cathecismos		

Tabela 2: Livro de Móveis e Utensílios - Freguesia do Brás - 1854.

A relação dos objetos presentes nas escolas paulistas indica que também faziam parte do mobiliário escolar artefatos voltados para o ensino da Doutrina Cristã. Além do mobiliário, o “Livro de Móveis e Utensís” (1854) indicava na categoria “utensís” os objetos destinados ao ensino da leitura e da escrita. A título de exemplo, foram entregues ao Dr. José Pedro de Azevedo, inspetor do Distrito de São Sebastião, da escola de primeiras letras do sexo masculino do Bairro de São Francisco a importância de 7770 (réis) para a compra dos seguintes utensísios: “1 campainha, 1 canivete fino, 22 canetas de latão e 3 canivetes ordinários”. E, ainda, a escola recebeu os seguintes materiais: “1 tinteiro e areeiro, uma porção de esponjas, 22 lousas, uma porção de lápis de pedra, 108 traslados e 30 cartas de syllabas”.

De acordo com o inventário faziam parte dos “utensís” os seguintes itens: Collecções de cartas de syllabas; Colecções de cartas para leitura; Cathecismos para alunos pobres; Gramática Nacional; Gramáticas Portuguesa; Cathecimos de Fleury; Cathecismo de Montpellier; Exemplares de leitura; Sistema métrico; Garrafas de tinta; Tinteiro; Areeiro; Tubos; Giz; Canetas (de latão, finas, comuns); Lápis (de pau, de latão, de pedra); Lousa (pequena, grande, individual); Papel (para peso, pautado); Resmas, Pautas; Pena (de ave, de aço); Canivetes (ordinário, fino); Regoa; Esponjas; Regulamento da Instrução Pública; Taboada; Traslado; Campainhas, Sinetas e Livro modelo para matrícula.

Também é possível identificar entre as materialidades das escolas paulistas, objetos destinados ao ensino da Doutrina Cristã. Além dos manuais e catecismos, a escola de primeiras letras do sexo feminino de Santa Ifigênia, por exemplo, recebera em 1867 “1 Quadro do Senhor crucificado”; no mesmo ano a escola do sexo masculino do Brás recebera “1 Quadro de Nossa Senhora das Dores” e, na escola de primeiras letras de Indaiatuba havia em 1866 uma “Estampa de Nossa Senhora da Conceição”.

Os instrumentos para a escrita

Além do mobiliário escolar havia nas escolas paulistas os suportes e instrumentos para o ensino da leitura e da escrita. Esses instrumentos poderiam ser considerados dispositivos que garantiam a disciplina e ao mesmo tempo ensinavam. Sobretudo nas décadas de 20, 30 e 40 do século XIX, em conjunto com outros objetos, o lápis de pedra, as canetas de latão, penas, giz, traslados, tinteiros, areeiros e exemplares de leitura formavam importantes artefatos da cultura material nas escolas paulistas.

O quadro-negro ou a lousa de ardósia era um dos instrumentos desta relação. Trata-se de um instrumento de ensino coletivo, que aparece vinculado à simultaneidade do ensino de ler e escrever. O uso deste artefato marca o método de ensino de transmissão simultânea e divide espaço, tempo e exercícios com a ardósia de uso individual. Inventado pelos irmãos lassalianos, foi rapidamente absorvido por práticas de ensino, como o ensino mútuo.

A ardósia recebeu diferentes denominações na Província de São Paulo “lousas”; “pedra de lousa”; “pedra grande”. As quantidades que aparecem nos relatórios dos professores

indicam que, nas escolas de primeiras letras paulistas do século XIX, a ardósia de uso individual era chamada de “pedra” ou, predominantemente de “lousa”. Esse utensílio, junto com a caixa ou banco de areia, marca o início da aprendizagem da escrita e da aritmética nas escolas de primeiras letras da Província. Em abril de 1854, uma “pedra grande” era considerada um item do mobiliário escolar e podia ser adquirida ao custo de 6\$000 (réis).

Os relatórios dos mestres paulistas sinalizam o uso da pedra grande ou da ardósia nas lições de escrita e aritmética e o uso da caixa ou banco de areia para as atividades iniciais de escrita. As atividades de escrita davam-se por debuxo, com a formação das letras na areia ou na lousa, por traslado, com exercícios de ligação e transferência-traslado das letras na areia ou na lousa, por escrita de bastardo ou cursiva na areia, na lousa ou no papel. Os exercícios de debuxo visavam ao desenvolvimento da habilidade manual necessária para realizar os traços da escrita, numa ordem progressiva na qual o aprendizado das letras bastardas precedia o das letras cursivas (Barra, 2001, p. 58).

Os exercícios de escrita, bem como o uso da lousa, podem ser atestados, por exemplo, em 31 de outubro de 1829, quando o mestre Bento Antônio de Barros, da escola de primeiras letras da Capital registrava que um dos seus discípulos “está traçando o ABC em pedra pr. não quer traser papel” (Barros, 1829, p. 1). Também, na aula do professor Carlos José da Silva Telles registrava-se em 25 de setembro de 1834 que um dos seus discípulos da escola de primeiras letras de Santa Ifigênia “está no abc e poucas letras escreve nas louzas”, “já faz nas louzas sofrivelmente as letras da carta e do abc, grande e pequeno” (Telles, 1834, p. 1).

Em 23 de setembro de 1838, o mesmo professor apontava que seu discípulo Vicente João da Cunha, de 10 anos, filho do falecido José Floriano da Cunha, “já le nomes de duas e tres syllabas nao bem, e escreve na pedra”, “Princípia a sommar, está decorando a doutrina na cartilha e a letra vai sendo sofrível”, “Estava adiantado na escrita, mas he inimigo de ler” (Telles, 1838, p. 3).

Também, em 4 de abril de 1838, o professor Pacífico Antônio da Costa, da escola de primeiras letras da Villa de São Vicente apontava que seu aluno, Manoel Joaquim da Silva, “lê, escreve e faz as quatro operações arithméticas na lousa” (Silva, 1838, p. 1). E a professora Fortunata Roza d’Oliveira Doria, da Vila de São Sebastião, registrava em setembro de 1837 que duas de suas alunas “escreve, e costura”, e escreve, e faz as 4 operações d’Arithimetica” (Doria, 1837, p. 1).

Além da lousa o banco de areia era outro artefato utilizado nas escolas paulistas para o ensino da escrita. Ele é indicado como artefato presente nas escolas de ensino mútuo, especificamente destinado às primeiras classes, em que os meninos ainda não sabiam escrever o alfabeto. Para o aprendizado do alfabeto utilizando a areia era necessária: uma escrivaninha composta de um banco para as crianças se sentarem, à frente do qual era colocado um outro, aproximadamente 30 cm mais alto, e dividido em duas partes, uma que servia de apoio para os braços das crianças e outra cercada por bordas ou sarrafos, para impedir que a areia escorresse.

A caixa ou banco de areia pode ser identificada na Escola de ensino mútuo do professor Pe. Bento Moreira de Barros que, em 30 de junho de 1827, atestava em seu relatório que o aluno João Ferreira, de 8 anos de idade, fazia a leitura de “caracteres simples” e realizava as “lições de escrita” na areia. Em 1829, o mesmo professor indicava que, em sua escola, identificada como de “ensino mútuo”, dos 85 alunos frequentes, entre 6 e 18 anos, nenhum há que se faça uso de areia. Na Escola de primeiras letras da Villa São Sebastião, em 8 de julho de 1832, Benedito Xavier Teixeira, mestre da Escola de meninos dessa Villa, indicava que seu aluno “escreve na arêa, e Lê a Const. do Imp., e é baste. Hábil”, e outro discípulo “escreve no banco de arêa, e le carta de syllabas”, “Le, e escreve no banco de arêa”. “Le carta de ABC e escreve no banco de arêa”, (Teixeira, 1832, p. 1). Entre seus alunos, havia Bento, de 7 anos que “não frequentou 7 mezes pr. Não ter caz pa. residir na Villa, já forma todas as letras na arêa, e está em carta de nome” (Teixeira, 1835, p. 1). Em 1837, na escola do professor Bento, com 109 alunos, ainda era frequente o uso dos bancos de areia.

Concomitante ao uso da lousa de ardósia e do banco de areia, os instrumentos utilizados para escrever constituíram importantes artefatos da cultura material paulista no decorrer do século XIX. De acordo com Frade et al., (2014, p. 152) os instrumentos de escrita são “aqueles objetos que constituem gestos e modos de escrever de cada tempo, ou seja, dispositivos que deixam marcas inscritas em determinados materiais ou suportes”. Entre esses instrumentos estão o giz, a pena, o lápis e as canetas, o que vinculava a necessidade também da presença da tinta e do tinteiro e de acessórios que, por sua vez, são compreendidos como os materiais adicionais, que auxiliavam para o êxito da escrita como os areeiros e canivetes.

Entre os instrumentos de escrita utilizados nas escolas paulistas de primeiras letras no início do século XIX, nota-se a permanência de “penas de ave”, o aparecimento de “pena de aço”, a permanência do “lápis de pedra” e, sobretudo a partir da década de 50 o aparecimento do “lápis de pau”. De acordo com Barra (2001, p. 23), o lápis de ardósia também era chamado de “pena de lousa”, “pena de pedra”, “giz de pedra” e “grafite de pedra”. Esses instrumentos tinham seus inconvenientes, os mestres de primeiras letras “criticavam por tornar a escrita rígida e seca, não permitindo formar os traços redondos e finos das letras e forçando o aluno a se apoiar, e pesar sobre o lápis” (p. 23).

Na Tabela 3 é possível perceber a variação dos instrumentos de escrita ao longo do século XIX em algumas escolas paulistas.

ANO	LOCAL	S	Q.	Utensílio	ANO	LOCAL	S	Q.	Utensílio
1854	Santa Isabel	F	11	Canetas de latão	1866	Capital	F	12	Lápis de pau
1854	Santa Iphigênia	M	20	Canetas de latão	1867	Guarulhos	M	100	Penas de aves
1855	Pindamonhangaba	M	1	Porção de lápis de pedra	1867	Santa Iphigênia	F	1	Caixa de pena
1856	Capivary	M	100	Penas de aves	1869	Mogy-Mirim	F	1	Caixa de pena de aço
1857	Sé	F	18	Canetas	1869	Capital Distro do Norte	M	24	Lápis de pedra
1857	Piedade	M	2	Maços de lápis	1869	Botucatu	F	1	Caixa de penas finas
1859	Caçapava	F	30	Canetas	1869	Campinas	F	1	Caixa de penas de aço
1862	Capital do Sul	F	18	Canetas de latão	1870	São José do Parahyba	F	27	Canetas de latão
1864	Sarapuhy	F	9	Canetas de latão	1870	Cunha	M	27	Lápis de pedra
1864	Araçariguama	M	9	Canetas de latão	1870	Arouche	M	24	Lousas
1866	Campo Largo de Sorocaba	F	9	Canetas de latão	1872	Pary	M	27	Canetas ordinárias

Tabela 3: Relação dos utensílios para a escrita nas escolas paulistas - (1854-1872).

Nas escolas paulistas, as penas de aves começam a desaparecer a partir do fim dos anos 60. O lápis era utensílio que preparava o aluno para o uso da pena, constituindo-se em importante auxiliar nos treinos da escrita. Usado sobre o papel, viria substituir o uso do lápis de pedra e, portanto, provocaria a troca da lousa pelo papel. Em uma mesma escola de São Paulo do século XIX, podiam ser usados diferentes utensílios de escrita: lápis de madeira, lápis para papel, pena de ave, pena de aço, lápis de pedra, canetas de latão. A Tabela 4 relaciona os móveis e utensílios recebidos pela Escola de Primeiras Letras de Jundiahy em 1854. Na lista constam alguns utensílios utilizados para o ensino da leitura e da escrita, como lousas, traslados, gramáticas, resmas de papel, penas de aves e lápis.

Localização da Escola		Móveis				Utensís (em dinheiro)			Utensís (recebidos)		
ANO	LOCAL	C	S	Q.	ITEM	\$	Q.	ITEM	\$	Q.	ITEM
1854	Jundiahy	1ª letras	F	1	Cadeira		1	Canivete fino	1.600,00	1	Tinteiro
				1	Mesa	40.000,00	1	Campainha	1.000,00	1	Areiro
				1	Estrado		4	Garrafas de tinta	2.000,00	1	Porção de esponjas
				4	Bancos de 10 palmos	18.000,00	18	Canetas de latão	3.240,00	22	Tubos
				5	Bancas de 10 palmos p	25.000,00	2	Canivetes ordinários	800,00	18	Lousas
							1	Resma de papel	3.600,00	1	Porção de lápis de pedra
							100	Penas de aves	800,00	60	Traslados
							5	Pautas	100,00	8	Cathecismos
							8	Gramáticas Portuguesas	10.240,00	10	Lápis
										5	Regoas
										8	Taboadas

Tabela 4: Relação dos móveis e utensílios da Escola de Jundiahy - 1854.

Em muitas listas de materiais que equipavam as escolas paulistas há uma variedade de instrumentos destinados ao ensino da escrita. Na relação dos utensílios para a escola do Brás, em 1867, por exemplo, observa-se: caixa de penas de aço, lápis fino, canetas finas, giz branco e lápis de pedra. O lápis de pedra podia ser mencionado na relação com o uso da lousa, como se verifica na Tabela 5, relação de materiais da escola do Brás de responsabilidade do professor Francisco Campos. Do uso de “canetas finas” e “penas de aço” pode-se inferir que nesta escola mantinha-se o uso de lousas para os alunos iniciantes e de penas de aço para alunos mais adiantados. Pode-se observar que a escola usava utensílios diferentes no ensino da escrita: a pena de aço, o lápis fino, a caneta fina, o giz branco e o lápis de pedra.

ANO	LOCAL	C	S	Q.	ITEM	\$
1867	Brás	1ªletras	M	4	Resmas de papel pautado	20.000,00
				1	Resma de papel de peso	4.800,00
				1	Caixa de penas de aço	1.000,00
				6	Garrafas de tinta	4.800,00
				2	Canivetes	960,00
				1	Canivete fino	2.400,00
				30	Lápis finos	3.000,00
				30	Canetas finas	6.000,00
				6	Gramáticas portuguesas	6.000,00
				50	Traslados sortidos	4.000,00
				12	Lousas	4.320,00
				1	Pedra para operações aritméticas	12.000,00
				12	Cartas de syllabas	3.840,00
				1	Libra de giz branco	320,00
				1/2	Libra de esponja	2.240,00
				60	Lápis de pedras	2.400,00

Tabela 5: Relação dos utensílios da Escola do Brás - 1867.

Os canivetes eram utilizados para aparar os lápis e garantir melhores traços sobre a ardósia, de modo que havia os canivetes finos e os ordinários. Os ordinários eram usados para o aparo dos lápis de pedra e os finos para o preparo das penas, tarefa de responsabilidade do professor quando se tratava de alunos menores. Na Escola de primeiras letras de São Miguel, em 1855, por exemplo, o canivete fino poderia ser adquirido por 1.600,00 réis e o ordinário por 400,00 réis a unidade.

A escrita registrada pelo lápis de pedra era apagada pela esponja (do latim spongia), o corpo de animais aquáticos do grupo dos espongiários. “Este corpo é empregado para diversos usos, dada sua propriedade de absorver e reter líquidos e de se deixar espremer com ligeira pressão” (Barra, 2001, p. 24). Nas escolas paulistas do século XIX, a esponja era adquirida em libras e por porção. A Tabela 6 discrimina algumas escolas que adquiriram esse utensílio no decorrer do século XIX, bem como apresenta a variação do preço estabelecido em cada localidade da Província.

ANO	LOCAL	C	S	Q.	\$	ANO	LOCAL	C	S	Q.	\$
1855	Arujá	1ª letras	M	1	640,00	1857	Piedade	1ªletras	F	1	1.640,00
1855	Itapetininga	1ª letras	M	1	1.200,00	1859	Caçapava	1ªletras	M	1	1.000,00
1855	Sarapuí	1ª letras	M	1	320,00	1860	Embaú	1ª letras	M	1	1.320,00
1855	Capivary	1ª letras	F	1	640,00	1862	Nazareth	1ª letras	M	1	1.320,00
1855	São José do Parahiba	1ª letras	F	1	640,00	1863	Atibaia	1ª letras	F	1	1.320,00
1856	Itu	1ª letras	M	1	640,00	1866	Pirassununga	1ªletras	M	1	1.200,00
1856	Indaiatuba	1ª letras	M	1	640,00	1866	São Vicente	1ªletras	M	1	1.640,00
1856	Bethlem de Jundiáhy	1ª letras	M	1	640,00	1866	Itapeccerica	1ªletras	F	1	1.640,00
1856	Brás	1ª letras	F	1	640,00	1866	Capital	1ªletras	F	1	1.700,00
1857	Sé	1ª letras	F	1	1.640,00	1867	Brás	1ªletras	M	1	2.240,00

Tabela 6: Relação da aquisição de esponjas nas escolas paulistas - (1855-1867).

Além dos itens mencionados, o par tinteiro e areeiro também fazia parte da relação dos instrumentos necessários à instrução paulista no século XIX, e seu uso relacionava-se à presença de cavidades das mesas dos estudantes, garantindo ao menos um para cada duas crianças. O par tinteiro e areeiro poderia ser adquirido pelas escolas pelo valor de 1.600,00

réis. Grande parte dos relatórios dos mestres paulistas atestam o uso de tinteiros de chumbo, conforme registra o professor Francisco Antunes, da escola de primeiras letras do bairro da Glória em 28 de junho de 1877. Parece que o professor seguia as orientações contidas no relatório sobre a Instrução Primária na Exposição Universal de Vienna, realizada em 1873, em que se apresentam especificações, inclusive, das distâncias indicadas para posicionar os tinteiros nas mesas, considerando o espaço para a realização dos exercícios escritos e a posição dos estudantes.

Os suportes para leitura nas escolas paulistas oitocentistas

Não se pode menosprezar o papel dos manuscritos ou dos livros didáticos na introdução do ensino da leitura nas escolas paulistas no período oitocentista. Abordando os livros escolares de leitura nas primeiras décadas do Oitocentos, Batista e Galvão (2009) advertem que, nesse período:

o livro didático é também tabela, traslado, folheto, já que materiais destinados ou adequados à instrução; é também, como apontam estudos um conjunto de manuscritos, como cartas pessoais, de documentos de cartório, ou impressos com letra que parece manuscrita é também, por fim, livros de doutrina cristã, gramática, exemplares da Constituição, cartazes com diferentes combinações de sílabas. (Batista; Galvão, 2009, p. 13)

Dentre os suportes que compuseram o ensino da leitura nas escolas paulistas destacam-se: “exemplares de leitura”, “gramáticas de língua portuguesa e nacional”, “cartas do ABC”, “cartas das sílabas”, “cartas dos nomes”, “cartas de fora” ou “manuscritas”, “silabário português”, “cartilhas da Doutrina Cristã”, “dicionários” e a “Constituição do Império”.

Há de se referenciar entre esses livros a circulação dos manuais utilizados no aprendizado da religião e da moral, em especial os “catecismos”. Na província de São Paulo atestou-se o uso de dois principais, respectivamente, o de Montpellier e o de Fleury. O uso desses impressos reafirmava o lugar de proeminência à religião católica, aquela que deveria fornecer sustentação ideológica para a consolidação do Estado. Esses impressos inseriram-se em um contexto em que a educação da criança pela família ganhou importância e seus usos nas escolas primárias paulistas articularam-se ao ensino da leitura, na condição de manuais para o aprendizado da religião e da moral, colocando em circulação determinadas representações sociais sobre um tipo de educação de matriz religiosa a ser dada pelos pais aos filhos.

Os relatórios dos professores paulistas apontam o “Catecismo de Montpellier” como principal suporte para o ensino da leitura e da doutrina cristã. O referido manual foi impresso em 1702, de autoria de François Aimé Pouget, reitor do seminário diocesano. Uma versão

simplificada deste manual teve inúmeras edições em português e largo uso nas escolas paulistas. De acordo com Boto, ele era:

[...] de fato um catecismo, organizado por uma sequência de perguntas e respostas acerca da doutrina religiosa sobre Deus, a origem de criação do mundo, a Santíssima Trindade, o anjos e demônios, Adão e Eva, o pecado original, etc. continha ainda —um compêndio breve de civilidade e urbanidade cristã para uso dos meninos||, com regras básicas de comportamento, prescrições gerais de boa educação e de cortesia, dos bons modos à mesa, o modo do vestir, do andar, do falar, advertir, repreender e gracejar. (Boto, 1997, p. 15)

As 89 lições do Catecismo de Montpellier eram caracterizadas por um conjunto de perguntas e respostas e divididas em três partes, objetivaram o ensino dos preceitos morais, de civilidade, da religião e dos bons costumes. A primeira parte apresentava 37 lições dedicadas a temas como a História Sagrada e da Igreja, Fundamentos da Igreja e Fundamentos da Fé. A segunda parte continha 28 lições tratando da exposição da ideia geral da vida cristã, da noção do pecado, das virtudes (fé, esperança e caridade), das virtudes morais, dos Dez Mandamentos da Lei de Deus, dos Mandamentos da Igreja e das Bem-aventuranças. A terceira parte, formada por 24 lições, discorria sobre a Doutrina da Graça, a oração, os sacramentos, o sacrifício da missa e o Pai Nosso.

Na Escola de primeiras letras da Villa de Batatais, por exemplo, o professor Antônio Bueno dos Santos Silva requisitou ao inspetor do distrito em 11 de abril de 1855, “2 mesas grandes com gavetas e fechaduras; 6 bancos, 12 pedras e lápis; catecismo da doutrina, papel, tintas, traslados, réguas, pautas, tabuadas; uma pedra que fará equações e aritmética e um livro para inventariar os utensílios da escola” (Silva, 1855, p. 1).

Semelhantemente, no relatório da professora Rita Lurina das Dores, da Escola primária do sexo feminino da Villa de Cunha, é possível identificar um conjunto de suportes para o ensino da leitura, entre eles, o catecismo. A mestra relatava que a instrução se dava: “1) de manhã da 8 às 11 horas e a tarde das 2 às 5; 2) Caligrafia de Joaquim José Ventura da Silva; 3) Cartas de fora, sentença de cartório, cartilhas de a folha intitulada Despertador Cristão; 4) Gramática portuguesa e 5) Catecismo de Montpellier (Dores, 1852, p. 1).

Em Villa de Capão Bonito, Paranapanema, o professor José Roir de Carvalho relatava que as horas de sua escola eram “de manhã das 9h até às 11h e meia e de tarde das 2 às 4 e meia”, e indicava “não haver muitos livros na escola sendo utilizada a Gramática Nacional e o Catecismo de Montpellier” (Carvalho, 1861, p. 1).

No relatório sobre o estado da escola pública de primeiras letras da Capela de Passa-Três, Município da cidade de Tatuí apresentado em 1 de junho de 1885, o professor Cesário Longo Adrien citava o catecismo como um dos instrumentos utilizados no ensino da leitura. De acordo com o mestre, em 29 de novembro de 1885 foram feitos os exames anuais e os livros adaptados para a escola foram: para leitura de impresso 1º, 2º, 3º livros de Abílio;

leitura de manuscrito curso graduado de letra manuscrita; Aritmética Jardim; Gramática de Coruja Freire; Doutrina catecismo da diocese; francês; e o livro de Beatriz de Chateaubriand gramática de Sevesse. De acordo com o mestre:

o ensino de doutrina é geral, começando pelo ensino das principais orações, até todo o catecismo. Neste ponto me insisto a fazer recitar quer as lições de catecismos, quer as orações aproveitando tanto essas ocasiões e outras para incutir nos alunos os preceitos da moral cristã. É também em todas as ocasiões que procuro fazer conhecido dos alunos em geral, princípios de civilidade e de higiene. (Adrien, 1885, p. 1)

Também, na classe de Benedita Trindade do Lado de Cristo, mestra da escola de primeiras letras da Freguesia da Sé, a aprendizagem das meninas era verificada a partir das habilidades para: ler, escrever, contar e realizar contas de multiplicar e os conhecimentos apurados circunscreviam ao catecismo, doutrina cristã, elementos de geografia universal, principalmente a geografia do Brasil, e gramática. Em relatório de 1843 a professora sinalizava que a aluna Joanna Mendes Márques, matriculada em 4 de agosto de 1843, filha do falecido Capitão Martinho José Márques, tinha algumas faltas, nada sabia quando entrou na escola e seu aproveitamento era:

achava-a corrente em ler, escrever, e esta analysando grammática, fazendo contas de multiplicar e estudando o catecismo, elementos da geografia universal e essencialmente da geografia e história do Brasil, sabe a doutrina christã. Tem bons costumes. (Christo, 1843, p. 1)

Além do “Catecismo de Montpellier”, foi recorrente nas escolas paulistas o uso do “Catecismo Histórico de Claude Fleury” ou simplesmente, “Catecismo de Fleury”, publicado pela primeira vez na França, em 1619. Trata-se de obra que, a partir do método narrativo, traz uma exposição doutrinária sobre temas sagrados. O manual é composto de duas partes. A primeira aborda uma sequência de 29 estudos sobre as histórias sagradas da Bíblia, por exemplo: “Da criação”; “Do pecado do primeiro homem”; “Do dilúvio”; “De Abraão e dos demais Patriarcas”; “Do nascimento, morte e ressurreição de Jesus Cristo”, entre outras. A segunda parte também é composta por 29 lições sobre temas doutrinários, por exemplo, “Da fé, da esperança e da caridade”; “Da Trindade”; “Da encarnação do verbo e da redenção do gênero humano”; “Do juízo”; “Do Espírito Santo”.

Com base no “Livro de Móveis e Utensís” (1854), identificou-se a circulação desse impresso nas escolas paulistas desde o ano de 1854, com incidência maior para o ano de 1870. Também se destaca o uso da cartilha de Manuel de Andrade de Figueiredo, denominada “Nova escola para aprender a ler, escrever e contar”, impressa em Lisboa em 1722, de uso obrigatório no Brasil pela reforma de Pombal e referenciada nas escolas paulistas como o livro ou cartilha do “Andrade”. Essa cartilha diferentemente de grande parte dos manuais religiosos predominantes do século XVII, era menos dedicada ao ensino da doutrina e mais

voltada para estética caligráfica e aprendizagem da aritmética. Era composta por 44 tábuas de desenhos destinadas aos exercícios de caligrafia e de composições decorativas. Seu conteúdo versava sobre instruções para ensinar a língua portuguesa, advertências quanto à doutrina cristã, a higiene, a postura do aluno, o cuidado com o material escolar e o método de ensino, o ensino das formas de letras, a utilização correta dos instrumentos para escrever, como pena, tinta, papéis, pautas, distinção entre os tipos de grafia e regras de ortografia, bem como advertências para saber escrever; ensino das regras da ortografia da língua portuguesa e uma introdução à ciência aritmética em termos de números (inteiros e quebrados), sinais e às quatro operações fundamentais (somar, diminuir, multiplicar e dividir) aprendidas por meio da taboada e de contas.

Em relação ao ensino da Gramática, foi recorrente o “Compêndio de grammatica portuguesa da primeira idade”, do professor Cyrillo Dilermando da Silveira, professor das províncias do Espírito Santo e Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX. A primeira edição da obra é de 1855, momento em que ainda imperavam os pressupostos da gramática tradicional. Similarmente, a obra “Arte de Grammatica Portuguesa”, do padre Ignacio Felizardo Fortes de 1816 foi a primeira gramática de língua portuguesa impressa no Brasil, escrita por autor brasileiro. Nas escolas paulistas esse manual era identificado como a gramática de Fortes.

Foram encontradas referências às obras do Dr. Abilio Cesar Borges, o Barão de Macahubas (1866), pioneiro ao lançar a série de Livros de leitura, divulgando seu método de ensino. A professora Isabel Esteves Victória, de Jundiahy, solicitava em 19 de dezembro de 1879 o primeiro livro de leitura de Abílio. O professor Cezário Longo Chavier, da escola pública de primeiras letras da Capela de Passa-Três, município da cidade de Tatuí, relatava em 1885: “os livros adaptados em minha escola são: para leitura de impresso 1º, 2º, 3º livros de Abílio, leitura de manuscrito curso graduado de letra manuscrita, Aritmética Jardim, Gramática Coruja -Freire, Doutrina catecismo da diocese” (Chavier, 1885, p. 1).

Para o ensino de desenho e aritmética há registros de circulação das obras: “Princípios do desenho Linear compreendendo os de Geometria Prática”, pelo methodo do ensino mútuo, de 1829, de autoria de Albuquerque Hollanda Cavalcanti. Nesta obra são apresentadas instruções gerais ao professor; maneiras dos decuriões corrigirem os exercícios de desenho dos alunos, instruções exclusivas aos professores da primeira à quarta classe e a apresentação de tabelas dos decuriões com exercícios e seus respectivos desenhos. O uso desse material foi indicado, por exemplo, pelo professor Vicente Cabral, da Escola da Freguesia da Sé, que, em relatório, pedia “hum quadro preto de madeira de 4½ de palmos de lado e de hum compêndio intitulado Princípios de desenho linear arranjados pelo illustre deputado Holanda Cavalcanti” (Cabral, 1861, p. 1).

O manual “Elementos de Geometria”, de M. Bézout, traduzido do francês, com data de publicação em 1827, também obteve circulação nas escolas paulistas. Tratou-se de um livro de 182 páginas, divididas em três seções. A primeira tratava de: Linhas, ângulos, medidas, relações de linhas; a segunda seção de: superfícies medidas e relações; e a terceira seção:

sólidos, e os princípios de comparação e medição de capacidades. Seu uso é atestado pelo professor Carlos José da Silva Telles, da Escola de Santa Ifigênia, que, em relatório, solicitava “hum compêndio de aritmética de Besout” (Telles, 1841, p. 1).

Na falta de cartilhas e livros didáticos, alguns professores utilizavam como manual escolar de leitura para as crianças textos da Constituição, textos da história sagrada, e ainda as “cartas de nomes”, “cartas de fora” ou qualquer correspondência particular dos pais que as crianças traziam para ler na classe. Dentre os compêndios adotados pelo professor Joaquim Leite, da escola pública do sexo masculino de Campinas, por exemplo, estão: Gramática de Coruja; Livros de leitura, de Hilário Ribeiro; Leitura manuscrita e Arte de leitura, de Duarte Ventura; História do Brasil, de Lacerda; Desenho Linear, de Abílio César Borges; Elementos de Aritmética, de Antonio Trajano; Catecismo da Diocese, além dos livros cedidos pela Câmara Municipal de Campinas.

Em seu relatório, a professora Amélia Pereira de Lacerda, da escola de primeiras letras do Bananal, indicava os livros que usava para instrução de suas alunas em 1852:

o sistema de caligrafia é do Andrade; e traslados de letra de meu marido; os livros de que uso são Simão de Nantua, Tesouro de meninas e Horas Marianas e os exemplares são: Expositor português, a Gramática de Antônio José dos Reis Lobato, o Catecismo de Montpellier. (Lacerda, 1852, p. 1)

Em Itu, a professora Rita Cândido Pacheco Freire arrolava os livros usados em sua aula no ano de 1852: “caligrafia de Joaquim José Ventura da Silva”, “cartas de fora”, “cartilhas e o “Despertador Christão” além da “gramática portuguesa do padre Ignácio Felizardo Fortes” (Freire, 1852, p. 1). A gramática do Pe. Inácio Felizardo Forte também era manual utilizado nas escolas de Capivary. A professora Inocência Amaral solicitava para a instrução das meninas em 1855: “papel almaço, pennas, lápis, pautas, tintas, pedras, régua, exemplares para a leitura, livros de catecismos, e a gramática do Pe. Inácio Felizardo Forte” (Amaral, 1855, p. 2).

A partir da segunda metade do século XIX, evidenciava-se a dificuldade de uniformizar os métodos de ensino e o não fornecimento de livros e compêndios para as escolas públicas paulistas por parte do governo fez com que os professores, registrassem iniciativas de mandarem da corte os livros dos melhores autores da época, dentre eles: Abreu Freire, Jardim, Trajano, Hilário Ribeiro, Abílio, Sévenne, Lacroix e outros.

Considerações finais

Neste artigo buscou-se apresentar um balanço quantitativo da provisão material das escolas de primeiras letras da Província de São Paulo no século XIX. Identificou-se um conjunto de materiais e utensílios que compuseram a cultura material das escolas paulistas. Os relatórios dos presidentes da Província sugerem que no decorrer do século XIX, a guiar pelas condições materiais existentes, era quase impossível garantir a instrução elementar.

Entretanto, a análise dos livros de inventário da Província e seu cruzamento com os registros dos professores nos mostram que diferentes artefatos guiaram a prática dos professores.

Ainda que não se possa supor o uso desses materiais pelos professores, na provisão material das escolas é possível identificar modos acerca da organização e desenvolvimento da instrução pública paulista, uma vez que os artefatos contribuíram para detectar a maneira como os primeiros estabelecimentos de ensino funcionavam e como os espaços e esses objetos se relacionavam com a prática dos professores e com a produção, circulação e uso desta cultura material escolar.

Igualmente se intui, conforme assevera Escolano Benito (2007, p. 22), que a identificação desses objetos é suficiente para entrever que com eles se teciam, na vida escolar, “práticas empíricas nas quais se consubstanciou um modo bem definido de educação, que se cristalizou, se decantou em experiência e se transmitiu, de forma relativamente estável, de geração em geração”.

Com isso, pode-se inferir que esses artefatos se tornam representantes materiais das mudanças epistemológicas e sociais relacionadas ao contexto escolar e são considerados fontes para a formação do conhecimento das dimensões práticas do passado escolar. Nessa perspectiva, é possível identificar outras esferas da materialidade como a estética, a didática, a política, compreendidas no processo de experiência e formação, em conjunto com os diferentes sujeitos no espaço escolar.

Essas premissas apontam que a empiria desses objetos deu forma a uma determinada cultura da escola, consubstanciada nas ações iniciadas a partir do manejo desse conjunto de utensílios que concretizou a instrução pública paulista. O uso desses artefatos, as reclamações sobre a precariedade de acesso a eles e as recorrentes solicitações de aquisição de mobílias e materiais suscitam compreender a intrínseca relação que a cultura material foi estabelecendo com o modelo de instrução primária instituído no século XIX na Província de São Paulo.

Referências bibliográficas

- Alcântara Rios, W. R. (2014). *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Anjos, J. J. T. dos. (2019). Para uma história da protoindústria escolar no Brasil Império: A Fábrica Röhe & Irmãos e seus bancos-carteira (1868-1883). *Educ. Rev.*, v. 35, n. 76, pp. 71-94. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000400071&lng=pt&nrm=iso
- Barra, V. M. L. da. (2001). *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo.

- Batista, A. A. G. & Galvão, A. M. de O. (2009). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Boto, C. (1997). *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Bruno, E. S. (1984). *História e tradições da cidade de São Paulo*. v. II. Metrôpole do Café (1828-1872). São Paulo: Hucitec.
- Escolano Benito, A. (2017). *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea.
- Frade, I. C. A. da S. (2014). Instrumentos de escrita. In: da Silva Frade, I. C. A., da Graça Costa, V. M. & das Graças de Castro Bregunci, M. (Org.). *Glossário Ceale: Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, v. 1, pp. 151-152
- São Paulo [Estado]. (1844). Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Manuel Felizardo de Souza e Mello no dia 7 de janeiro de 1844 por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo. São Paulo: Typografia do Governo arrendada por Silva Sobral.
- São Paulo [Estado]. (1858). Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Paulo, no dia 2 de fevereiro de 1858 pelo Presidente, José Joaquim Fernandes Torres. São Paulo: Typografia Dous de dezembro de Antonio Louzada Antunes.
- São Paulo [Estado]. (1864). Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Paulo, na Primeira sessão da Décima oitava legislatura, no dia 2 de fevereiro de 1864, pelo Presidente, Vicente Pires da Mota. São Paulo: Typografia do Ipyranga, Rua do Ouvidor nº 49.
- São Paulo [Estado]. (1880). Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Paulo, no dia 5 de fevereiro de 1880, pelo Presidente Laurindo Abelardo de Brito. São Paulo, 1880: Typografia à vapor do Diário de Santos. Rua de Santo Antônio nº 36 e 36.
- São Paulo. (1851). *Regulamento da Instrução Pública*, de 8 de novembro de 1851.
- São Paulo. (1854). LIVRO de registro dos utensis, e as quantias para a compra dos mesmos, e dos moveis que forem fornecidos aos estabelecimentos á Instrucção Publica d'essa Provincia”, assinado pelo secretário da Instrução Pública, Manoel Costa Silveira, E1124, AE, MIP.
- Souza, R. F. de. (2007). História da Cultura Material escolar: um balanço inicial. In: Bencostta, M. L. (org.). *Cultura escolar, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*, pp. 163-189. São Paulo: Cortez.